



<b>Veículo:</b> O Liberal		
<b>Data:</b> 17/08/2017	<b>Caderno:</b> Atualidades	<b>Página:</b> 07
<b>Assunto:</b> Seminário		
<b>Tipo:</b> Notícia	<b>Ação:</b> Espontânea	<b>Classificação:</b> Neutra

# Tembés denunciam em seminário devastação e invasão de suas terras

Da Redação

O cacique Naldo Tembé, da terra indígena Alto Rio Guamá, onde vivem cerca de três mil indígenas, localizada no nordeste paraense, entre os municípios de Santa Luzia e Paragominas, no nordeste do Estado, denunciou ontem a invasão das terras e a devastação das florestas pertencentes à sua etnia, durante os debates do I Seminário Indígena: Uma Sociedade em Transformação e seus Direitos, realizado no Campus do Guamá da Universidade Federal do Pará.

A intervenção do cacique foi feita na mesa-redonda “Os Direitos de Terras Indígenas”: “O maior problema vivido hoje pela etnia Tembé é a invasão das nossas terras, mesmo que nesse tempo tenhamos uma liminar que nos respalda para que o governo retire todos os invasores das nossas terras. Então, ainda hoje nosso maior

problema é a invasão por fazendeiros, agricultores, plantadores de drogas, caçadores e madeireiros”, denunciou

Donos do último grande fragmento florestal do nordeste paraense, onde os problemas se arrastam há três anos, os tembés enfrentam a retirada de madeira do que ainda resta de sua floresta. “Saem carradas de madeira por 200 e 300 reais pagos pelos madeireiros, sem deixarem nada para os indígenas. Não há nenhuma providência dos órgãos públicos competentes, que prometem mas não resolvem a situação e não fazem a execução correta dos projetos. A questão chega a envolver até os indígenas, que são manipulados por necessitarem de saúde, educação e outros direitos. Queremos que resolvam o problema junto aos madeireiros, fechem todas as serrarias e deixem nossa área livre para sobrevivermos em paz”, disse Naldo Tembé.

A gerente de sociobiodiversidade do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (Ideflor-Bio), Cláudia Kahwage, explicou que a instituição apoia a execução da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas no Pará, que conta hoje com 55 terras indígenas demarcadas. Segundo ela, para implementar a política, é feito o diagnóstico ambiental do território para saber como geri-la, por meio de uma metodologia participativa, envolvendo pesquisadores não indígenas e pesquisadores indígenas. “Publicamos o mapeamento e o etnozonoamento participativo das terras indígenas e orientamos o que pode ser feito como solução dos problemas”, afirmou.

Ainda segundo ela, na medida em que o Ideflor-Bio é solicitado pelos indígenas que têm área demarcada, é feito um esforço para trabalhar ferramentas de gestão previstas pela política nacional. Ela explicou que a área prioritária hoje é a dos Tembés, por ser o último grande fragmento florestal do nordeste paraense e sofrer invasão de madeireiros.



Outra prioridade, na Calha Norte, município de Oriximiná, é a Unidade de Conservação do Estado, contígua às terras indígenas. “Se a terra indígena está em local prioritário para conservação da biodiversidade, favorece nosso trabalho e o atendimento à etnia que nos

AGRAÇONJIMA - OLIBERAL



Seminário rendeu **informações** que darão base a cobranças junto a órgãos públicos